

**CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL:  
o papel das políticas públicas na construção de uma sociedade justa**

**CITIZENSHIP AND DIGITAL INCLUSION:  
the role of public policies in building a fair society**

Guilherme José Pereira<sup>1</sup>  
Leila Gomes de Almeida  
Carla Cândida da Silva Reis

## **INTRODUÇÃO**

A cidadania é um conceito histórico em constante transformação, acompanhando as mudanças sociais e tecnológicas. Coutinho (1999) destaca que sua universalização é marcada por avanços e retrocessos, enquanto Pinsky (2012) ressalta que não se trata de uma definição fixa, mas variável no tempo e no espaço. No contexto da era digital, Fonseca (César; Mezzetti; Figueiredo, 2022) chama atenção para os desafios da democracia na efetivação dos direitos fundamentais, perspectiva que Castro (2022) sintetiza no princípio da “cidadania digital”. Nesse cenário, as tecnologias da informação e comunicação tornam-se indispensáveis para ampliar a participação social e política, constituindo condição essencial para o exercício de direitos de expressão, informação e engajamento cívico. No Brasil, embora políticas públicas recentes tenham ampliado a infraestrutura tecnológica e a formação de educadores, persistem desigualdades regionais e lacunas de governança. Assim, este estudo tem por objetivo avaliar criticamente as ações normativas e operacionais voltadas à inclusão digital, identificando seus desafios e possibilidades de fortalecimento da cidadania digital. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica sistemática, organizada em três categorias centrais: cidadania digital, educação como vetor de inclusão e políticas públicas de inclusão digital.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A cidadania digital constitui um conceito emergente que reflete a necessidade de engajamento consciente, ético e crítico no espaço virtual. Ribble (*apud* Burridge, 2010) a define como normas de comportamento associadas ao uso da tecnologia, enquanto Lannes, Fachin e Veronese (2023) a ampliam ao destacar competências para compreender redes, identificar

---

<sup>1</sup> [guilherme.jose.pereira@educacao.mg.gov.br](mailto:guilherme.jose.pereira@educacao.mg.gov.br) ; PUC Minas Campus Coração Eucarístico

desinformação e exercer a democracia no ciberespaço. Nessa perspectiva, direitos e responsabilidades digitais caminham lado a lado com a lei (Marinho; Carneiro, 2018), exigindo políticas públicas que garantam não apenas acesso, mas também práticas responsáveis e inclusivas. A literatura evidencia que a educação é vetor central na consolidação da cidadania digital. Nóvoa (2009) destaca seu papel na promoção da inclusão e da participação, enquanto Cury (2002) associa o direito à educação ao direito à cidadania. No Brasil, a Constituição de 1988, considerada “Cidadã”, assegura a educação como direito fundamental (art. 5º) e vincula o desenvolvimento científico e tecnológico à cidadania plena (arts. 218 e 219), fortalecendo a articulação entre educação, democracia e direitos digitais (Coutinho, 1999). As tecnologias educacionais, portanto, atuam como mediadoras do acesso ao conhecimento e da redução das desigualdades. Dewey (2023) ressalta a função da educação em preparar cidadãos para responsabilidades futuras, enquanto Rivera e Machado (2022) e Grossi, Costa e Santos (2013) demonstram como a exclusão digital amplia o abismo social, reforçando a necessidade de ações estatais consistentes. Nesse cenário, políticas públicas de inclusão digital assumem centralidade. A Política Nacional de Educação Digital (Lei n.º 14.533/2023) constitui marco estratégico ao integrar tecnologias digitais à educação, promover competências e ampliar conectividade (Moreira; Siqueira, 2023). Complementarmente, a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Decreto n.º 11.713/2023) busca universalizar a conectividade pedagógica até 2026, articulando infraestrutura, formação docente e currículo digital (Seki; Venco, 2023). Tais iniciativas, entretanto, enfrentam fragilidades como adesão voluntária dos entes federativos, ausência de orçamento específico e desigualdades regionais, o que pode comprometer sua efetividade.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, tendo como enfoque um levantamento bibliográfico de referenciais teóricos que discutem inclusão digital, educação e cidadania. Essa opção vai ao encontro do que destacam Lakatos e Marconi (2003), ao definirem a pesquisa bibliográfica como fundamentada em materiais já publicados, possibilitando a análise crítica do conhecimento produzido sobre determinado tema. A bibliografia selecionada foi discutida à luz de três categorias centrais. A primeira refere-se à cidadania digital, analisada a partir de BurrIDGE (2010), Lannes, Fachin e Veronese (2023), Carneiro (2018), Nóvoa (2009), Frasser (2006), Castro (2022), Castells (2022) e Coutinho (1999), que ressaltam a articulação entre educação, tecnologia e democracia como condições essenciais para a participação plena

e inclusiva na sociedade contemporânea. A segunda categoria trata da educação como vetor de inclusão, em diálogo com Cury (2002), Dewey (2023), Rivera e Machado (2022), Grossi, Costa e Santos (2013) e Sousa e Costa Neto (2023). Esses autores destacam que a educação, mediada por tecnologias, possui o potencial de reduzir desigualdades e superar barreiras socioeconômicas e geográficas, configurando-se como condição fundamental para o exercício da cidadania na era digital. Por fim, a terceira categoria diz respeito às políticas públicas de inclusão digital, fundamentada em Moreira e Siqueira (2023) e Seki e Venco (2023) que discutem como tais políticas buscam democratizar o acesso à tecnologia e integrar a conectividade ao processo educativo, exigindo gestão eficiente e compromisso coletivo para a redução das desigualdades e a efetivação da cidadania digital no Brasil.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

A dimensão territorial e as disparidades socioeconômicas do Brasil acarretam uma distribuição desigual do acesso à internet de alta velocidade. Nas regiões metropolitanas, há conexões estáveis e eficientes, enquanto localidades rurais e periféricas apresentam infraestrutura insuficiente ou ausente. Essa desigualdade limita o exercício do direito à informação e exclui parte da população dos espaços digitais. A capacitação de educadores é determinante para o sucesso de políticas públicas voltadas à tecnologia na educação. Conforme aponta Filgueiras (2010), “a qualidade dos textos científicos está diretamente ligada ao domínio da norma culta e à clareza estrutural”. Conforme aponta Silva (2020, p. 112), “iniciativas isoladas de formação, sem avaliação sistemática ou suporte contínuo, resultam em adoção irregular de ferramentas digitais”. Nesse contexto, a utilização de ferramentas digitais frequentemente fica restrita a profissionais mais motivados, ampliando as diferenças dentro das escolas. Outro desafio é a atuação simultânea de Ministério da Educação, secretarias estaduais e municipais e conselhos escolares demanda articulação aprimorada. Falhas na delimitação de atribuições e na fiscalização geram duplicidade de ações ou discordância entre diretrizes nacionais e demandas regionais. Os sistemas de acompanhamento priorizam métricas quantitativas, como quantidade de unidades escolares com internet. Entretanto, tais parâmetros não avaliam efetivamente o desenvolvimento de habilidades digitais ou a melhoria no aprendizado. Como ressalta Filgueiras (2010), “indicadores qualitativos são essenciais para mensurar transformações pedagógicas reais”, e segundo Almeida, Basniak e Vidal (2022), indicadores qualitativos são essenciais para mensurar transformações pedagógicas reais. A adoção de tecnologias na educação enfrenta resistências relacionadas a fatores como falta de

familiaridade com dispositivos digitais e preconceitos sociais. Estratégias que envolvam comunidades locais e adaptem conteúdos às especificidades regionais são fundamentais para superar tais desafios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação social depende do acesso equitativo à educação e às tecnologias digitais, compreendidas como instrumentos essenciais para reduzir desigualdades e promover justiça social. A educação mediada por tecnologias amplia oportunidades e fortalece a participação cidadã. Sem políticas públicas eficazes e investimentos consistentes, não haverá consolidação da cidadania digital nem avanço rumo a uma sociedade inclusiva e democrática.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva digital; Políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. S. de; BASNIAK, M. I.; VIDAL, R. G. Educação e Tecnologia: perspectivas para diálogos em torno da educação para a emancipação. **Ensino em Re-Vista**, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 2019. BRASIL. Ministério da Educação. Políticas digitais para educação básica. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Escolas Conectadas**. Brasil: Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas>.

BRASIL. **Decreto n.º 11.713, de 26 de setembro de 2023**. Institui a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Brasília, 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11713.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11713.htm).

BRASIL. **Lei n. 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília: Presidência do Brasil, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm).

BRASIL. **Lei n.º 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei n.º 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>.

BRASIL. **Resolução CE/ENEC n.º 1, de 27 de outubro de 2023**. Aprova o Regimento Interno do Comitê Executivo da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Diário Oficial da União. Publicado em: 04/03/2024, Edição: 43, Seção: 1, Página: 23. <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-ce/enec-n-1-de-27-de-outubro-de-2023-546262312>>.

BRASIL. **Resolução CENEC n.º 2, de 22 de fevereiro de 2024**. Estabelece os parâmetros de conectividade para fins pedagógicos nos estabelecimentos de ensino da rede pública de educação básica. Diário Oficial da União, Publicado em: 04/03/2024, Edição: 43, Seção: 1, Página: 23. <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cenec-n-2-de-22-de-fevereiro-de-2024-546279176>>.

BURRIDGE, Gordon. Raising a digital child: a digital citizenship handbook for parents. **Learning, Media and Technology**, v. 35, n. 3, p. 363-364, set. 2010. DOI: 10.1080/17439884.2010.481557.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**: a era da informação; economia, sociedade e cultura. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2022.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. Os direitos fundamentais na era da internet. In: CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; MEZZETTI, Luca; FIGUEIREDO, Marcelo. **O direito das novas tecnologias e o ordenamento constitucional**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2022.

CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; MEZZETTI, Luca; FIGUEIREDO, Marcelo. **O direito das novas tecnologias e o ordenamento constitucional**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 41-52. 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: Direito à igualdade, Direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002 p. 245-262, julho/ 2002.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

FRASSER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GROSSI, Márcia Goretti Ribeiro; COSTA, José Wilson da; SANTOS, Ademir José dos. A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no Brasil. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 68-85, maio/ago. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANNES, Yuri Nathan da Costa; FACHIN, Jéssica Amanda; VERONESE, Alexandre. Políticas Públicas de Acesso e Universalização da Internet no Brasil e Cidadania Digital.

**Revista de Direito Brasileira**, v. 32, n. 12, p. 110–129, 2023. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2022.v32i12.8982.

MARINHO, Simão Pedro P.; CARNEIRO, Flávia Cardoso. Digital citizenship in schools: nine elements all students should know. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 472-476, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n47.10778>.

MOREIRA, Mayume Caires; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. A política nacional de educação digital (Lei n.º 14.533/23): considerações acerca de sua efetividade. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 23, n. 3, p. 731-745, set./dez. 2023.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

RIVERA, Laura Nathalie Hernández; MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Democratização da sociedade através da inclusão digital: mecanismos de participação política e social, e as eleições. In: CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; MEZZETTI, Luca; FIGUEIREDO, Marcelo. **O direito das novas tecnologias e o ordenamento constitucional**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. 2022.

SEKI, Allan Kenji; VENCO, Selma Borghi. Política Nacional de Educação Digital: uma análise de seus rebatimentos na educação pública brasileira. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 448-471, ago. 2023.

SILVANY, Marco Antonio; ANTUNES, Carina Aparecida; PEREIRA, Fernando Seixas; UCHÔA, Flávia Leticia dos Santos; SOUSA, Dalziane Barbosa de. "Os Efeitos da Regulamentação da Política Nacional da Educação Digital nas Competências Digitais dos Docentes da Educação Básica." **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 9, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.3942>

SOUSA, Alielson Fernando da Silva; COSTA NETO, Porfirio Moraes da; PESSOA, Andréia Nádia Lima de Sousa. Inclusão digital: os obstáculos a serem enfrentados na busca pela dignidade na sociedade conectada. **RECIMA21**, v. 4, n. 6, p. 1-23, 2023.